

1) Introdução

Durante a transição entre o século XIX e o início do século XX, a cidade de Belém foi remodelada por meio, principalmente, dos recursos financeiros advindos do comércio da borracha, que, naquela época, encontrava-se em pleno apogeu. Nesse contexto, muitos espaços foram reformados e construídos com o objetivo de higienizar e modernizar a cidade. Mesmo com o declínio da produção gomífera, essa modernização continuou. Um exemplo disso foi a fundação do Instituto Pasteur na capital paraense.

O presente trabalho trata dessa fundação. Para compreendê-la é necessário analisar o discurso médico da época sobre a propagação da hidrofobia. Essa doença era transmitida para o ser humano, principalmente, por meio da mordida de cães raivosos. Por isso, fora importante para este trabalho, o conceito de Worster acerca da natureza. Para o autor, “vale a pena conservar a distinção” entre “natureza” e “artefato”. Essa diferença “nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e auto-geradas”. As referidas forças “interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições” (WORSTER, 1991: 201).

2) “Ordem e progresso” na cidade

Não pode ser mais digno de lastima o estado a que chegou a viação publica de Belém, por falta de asseio, com manifesta preterição das clausulas estabelecidas no contracto para o serviço de limpeza das ruas e praças, desobstrucção das calhas ou sargetas e desinfecção das bôccas de lobo (BELÉM. Intendencia Municipal, 1902: 7).

O trecho supracitado corresponde a um dos primeiros registros de Antonio Lemos no livro “Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901)”, três dias após assumir o cargo de intendente municipal de Belém em 15 de novembro de 1897. Nele, Lemos expressava sua indignação contra o precário estado das vias públicas da capital paraense, ressaltando que havia pelas ruas “montes de lixo, objectos de uso despresados, residuos de toda especie”. O

* Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará.

intendente também chamava a atenção para “o abuso de passearem livremente, pelas ruas e praças, quadrúpedes e outros animais, e o de fazer-se corador de roupas em lugares proibidos pelas posturas” (BELÉM. Intendencia Municipal, 1902: 8).

Outro problema apontado por Lemos ao assumir o cargo de gestor municipal era a “falta de habito na applicação de severa e prudente fiscalisação”, gerando “no espirito de uma parte da população a ideia de que o policiamento municipal não era coisa a que lhe cumpria submeter-se”. O intendente destacava nesse sentido o caso dos “mercadores ambulantes”, que estariam “semeando de immundicies os locais que impunemente occupavam, convencidos de exercerem ou estarem á sombra de um direito” (BELÉM. Intendente, 1902: 32).

O memorialista De Campos Ribeiro nos lembra os tipos de vendedores ambulantes que Antonio Lemos poderia se deparar. Segundo esse autor, compunham a fisionomia das ruas do bairro Umarizal, “sonoras figuras de pregoeiros de doces, de mingau, de ovos e galináceos, de garrafadas, hervas e raizes miraculosas, de par com marralheiros compradores de joias inutilizadas, pedaços de anéis, brincos, cordões”. Entre eles havia “gente estrangeira de nacionalidade indeterminável pelo sotaque”, a “velha e gorda mingauzeira”, o negro de “tabuleiro à cabeça” com sua “farmácia indígena ambulante” e o “velho português” com seus “ovos de quintal” (RIBEIRO, 2005: 68-70).

Para findar com a imagem da cidade insalubre e indisciplinada, Lemos dizia que o seu principal cuidado foi “empregar dedicadamente o tempo” na reorganização dos serviços municipais, tratando logo “de prover a cidade de melhor serviço de limpeza”, e, “por espirito de justiça”, providenciou “para que todas as praças e logradouros públicos recebessem eguaes cuidados”. Contribuía para essa remodelação o crescimento econômico e populacional da capital paraense advindo da comercialização de borracha. Segundo Weinstein (1993: 23), “o mercado da borracha permaneceu relativamente calmo até surgir a mania da bicicleta, na década de 1890, e a popularização do automóvel, após 1900”.

A Amazônia possuía a borracha em quantidade, e em qualidade, para atender às demandas do mercado consumidor. Conforme Weinstein (1993: 23), “a Amazônia foi virtualmente a única fornecedora de borracha até a década de 1880”, porque era o “hábitat da *Hevea brasiliensis*”. Ainda na virada do século, “a produção amazônica de borracha de alta qualidade excedia de muito a de seu concorrente mais próximo, a África Ocidental”. Somente após 1912 “as plantações asiáticas de borracha arrebataram da Amazônia a posição de primeiro produtor mundial”, devido à aclimação bem-sucedida da hévea.

A expansão do comércio da borracha e o crescimento populacional de Belém contribuíram para intensificar a remodelação da cidade durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911)¹. A ação dinamizadora dessa remodelação estava também associada “aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população segurança e acomodação”, além da colocação em prática da ideia de progresso (SARGES, 2000: 92).

A ideia de progresso era comum no discurso republicano da época. Nesse discurso, “a situação histórica específica do Brasil era pensada como uma etapa de um percurso já realizado pelas nações ‘mais adiantadas’”, cumprindo “apressar a marcha do progresso do país, de forma a que ele passasse a tomar parte, ativamente, na história universal” (CASTRO, 2000: 17).

O conceito de progresso estava ligado ao de modernização. Conforme Sevcenko (1983: 29), acompanhar o primeiro “significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia”. Esse alinhamento era pensado como expressão da modernidade, por meio, “do desenvolvimento da vida urbana, da construção de ferrovias, da intensificação das transações comerciais e da internacionalização de mercados” (SARGES, 2000: 92).

Para modernizar Belém, Antonio Lemos adotou a higienização da cidade como um dos pontos prioritários de sua gestão. Para Sarges (2000: 103), “a limpeza urbana e a cremação de lixo” se tornaram uma das principais metas nesse sentido. Em 1899, o intendente ficava autorizado “a adquirir uma área destinada à instalação de um novo forno crematório de lixo e animais mortos encontrados na cidade, fazendo a referida instalação e tendo para este fim em vista o que de mais adiantado havia na Europa”. O referido forno ficava na atual Avenida 9 de Janeiro com a Rua Conceição, no bairro da Cremação.

Na administração de Antonio Lemos, a arborização cumpriu destacado papel. Para Sarges (2000: 116), ela “era a busca de uma vida saudável, ligada à natureza, tanto na qualidade de vida acerca de ar purificado a partir do processo de fotossíntese, quanto a

¹ O apogeu da economia gomífera também possibilitou a renovação estética de Manaus. Segundo Dias, Eduardo Ribeiro, ao assumir o Governo do Estado do Amazonas em 1892, e “encarnando o ideal de progresso e prosperidade”, deu “início a um ambicioso projeto de transformação da cidade, continuado por seus sucessores”, por meio de reformas que exigia a “ordenação do espaço urbano”, o “disciplinamento de seu uso”, e o “emprego de instrumentos de controle que regulassem o modo de vida manauense” (DIAS, 2007: 42-43).

respeito da beleza que a cidade arborizada transmitia aos seus habitantes, além de amenizar o clima da *urbe tropical*².

Um dos pontos centrais da renovação estética de Belém foi a construção de suntuosas praças. Para Sarges (2000: 122-123), isso “traduzia a expansão de uma mentalidade modernizadora a serviço de uma classe que saía ao público e que exigia que os espaços por ela frequentados fossem indicadores de sua posição social”³. Esse tipo de indicação ocorria também por meio do vestuário, pois as praças não eram somente “lugares públicos de lazer”, mas também onde se identificava a que classe cada um pertencia conforme a vestimenta usada.

Outra obra de destaque da Intendência de Antonio Lemos foi a inauguração do asilo da mendicidade. Segundo Sarges (2000: 126-127), “a partir da construção do Asilo ‘esmolar a caridade pública nas ruas, praças, igrejas e edifícios públicos ou privados’ ficou terminantemente proibido”. O asilo incorporava a ideia de “isolamento do velho, do insano, do louco, presenças prejudiciais à manutenção da ordem vigente na vida citadina, tanto que o prédio foi construído no marco final do espaço urbano”, na estrada de Bragança, entre o Marco da Légua e o Ponto Sousa (atualmente av. Almirante Barroso)⁴.

O declínio do comércio da borracha contribuiu para frear esse impulso modernizador. Segundo Weinsten (1993: 246), “em 1913, as plantações asiáticas já superavam folgadoamente a Amazônia e, em dois anos mais, as colônias britânicas, holandesas e francesas contribuíram com mais de dois terços da oferta mundial de borracha”.

² A valorização dos espaços arborizados também era uma forma de manter-se conectado com as civilizações europeias, onde, segundo Choay (1999: 104), a criação desses espaços era uma “consequência direta da revolução industrial e de seu impacto sobre a urbanização e os fluxos demográficos”. Para Bresciani (1982: 24-25), os bairros em que se concentrou a classe operária em Londres, capital da Grã-Bretanha, localizavam-se no centro da cidade, “área populosa e cercada de ruas largas e bem iluminadas, frequentadas pela alta sociedade londrina”. Nesses bairros, “uma massa de casas de três a quatro andares, construídas sem planejamento, em ruas estreitas, sinuosas e sujas”, abrigava parte da população operária. “As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos”. Na Europa, os espaços verdes públicos respondiam, então, “em primeiro lugar, a uma exigência de higiene. Eles são também decorrentes de uma preocupação de ‘moralização das classes laboriosas’. Entretanto, sua institucionalização e sua generalização os tornarão frequentados por todas as classes sociais” (CHOAY, 1999: 104).

³ Fazer com que os espaços frequentados pela elite fossem indicadores da posição social dessa classe era uma concepção presente nos países “civilizados”. Segundo Williams, em Londres, “a ostentação e a magnificência das mansões senhoriais do século XVIII, superpondo-se à pobreza evidente da maioria, estavam agora sendo repetidas, em escala maior, nessa cidade opulenta e dividida” (WILLIAMS, 2011: 375).

⁴ Segundo Lacerda (2010: 292), “em Belém, muitas vezes, a carestia e a falta de ocupação permanente, não raro levavam à mendicância. E o pedir esmolas era tomado como uma forma de não trabalho, mas ao mesmo tempo, e apesar dos olhares reprovadores diante dessa prática, não era uma atividade considerada criminoso. Vista numa fronteira muito próxima da vadiagem, entretanto, a mendicância sempre foi alvo de grandes críticas na imprensa”.

Paralelamente à crise da economia gomífera, o cenário político paraense se alterava. Segundo Sarges (2002: 70-72), “as medidas saneadoras baixadas pela Intendência eram vistas de maneira extremamente antipática pela população, considerando que sempre representavam taxas a serem pagas pelos trabalhadores, como, por exemplo, as latas de lixo que custavam 20\$000 a unidade”. Em dezembro de 1910, “pessoas que passavam pela área comercial” decidiram investir contra essas latas, “gerando um verdadeiro tumulto”, que deu início a uma série de distúrbios promovidos pela população, que era insuflada pela oposição política⁵ por meio de panfletos e do jornal *Folha do Norte*. O então intendente Antonio Lemos não resistiu às pressões, e em junho de 1911, renunciou ao cargo.

A oposição política a Antonio Lemos também ganhou força com a indicação de Eneas Martins para assumir o governo do Pará em 1911. Martins era “então ministro das Relações Exteriores, dono da *Folha do Norte*, e um dos ‘lauristas’ mais dedicados e eminentes” (WEINSTEIN, 1993: 280).

Mesmo com a crise do comércio de borracha, a atividade comercial em Belém manteve-se ativa. Conforme Weinstein (1993: 269), “uma cidade com 236.402 habitantes”, em 1920, “criara uma demanda considerável de bens agrícolas e industriais, até mesmo nos períodos de menor prosperidade”. O setor industrial teve uma vantagem com o início da decadência: “a consequente redução das importações ajudou a diminuir a concorrência por parte de indústrias estrangeiras”. Por conta disso, segundo Santos, “houve no Pará um aumento do número de estabelecimentos e de operários industriais, o que permitiu a esse Estado adiantar-se um pouco sobre o resto da região” (SANTOS, 1980: 273).

A indústria não era o único setor que se desenvolvia nesse período de crise. Segundo Carneiro (2011: 29), foi também nesse momento que ocorreu a expansão e consolidação das salas de cinema⁶. O ano de 1912 marcou o início dessa expansão, quando, segundo Veriano, os empresários Antonio Martins e Carlos Augusto Teixeira, proprietários do Grande Hotel e

⁵ Naquela época, “a divisão política dentro do Estado personalizou-se nas figuras de Antonio Lemos e Lauro Sodré, sendo seus prosélitos chamados de ‘lemistas’ e ‘lauristas’, respectivamente. Estes se fincaram nas fileiras do Partido Republicano Federal (PRF), e aqueles, no Partido Republicano Paraense (PRP)”. O controle exercido pelos “lemistas” sobre as eleições “era uma barreira para o avanço da oposição nos municípios. O enfretamento desse controle “deu-se por meio da palavra, o ato de falar sobre o adversário político”, que, “para os ‘lauristas’ era tão importante quanto falar do próprio programa político”. Outra tática utilizada pela oposição era o riso e a zombaria, “apresentando a figura do ‘matuto’ para retratar os intendentes ‘lemistas’” (CUNHA, 2008).

⁶ Até 1920, “a exibição dos filmes acontecia em barracões improvisados, teatros ou, ainda, nos cinemas ambulantes, contando com a presença de poucas salas exclusivas para a exibição filmica”. Esse último tipo de sala aumentou na década de 1920, quando a capital paraense contava com cerca de dezesseis salas fixas (CARNEIRO, 2011: 29).

do Palace Theatre, inauguraram o Cinema Olympia, a primeira casa “de luxo” para a exibição de filmes na capital paraense (VERIANO, 1999: 17).

Outro setor que se desenvolveu foi o do comércio de roupas. Segundo Martins Junior (2010: 116), em tempos de crise econômica, “a moda usada pelas mulheres da elite oferecia possibilidades de realçar suas posições sociais, além da manutenção das aparências alicerçadas na adoção de novos estilos, num constante jogo de diferenciação com outros grupos”. Para ir ao Cinema Olympia, por exemplo, “era preciso usar boa roupa. Homem de paletó e gravata, mulher de vestido longo e chapéu” (VERIANO, 1999: 18), sendo que “algumas mulheres que frequentavam as sessões, copiavam os modelos de vestidos, cortes de cabelos e os trejeitos das atrizes famosas” (MARTINS JUNIOR, 2010: 87).

A cidade do forno crematório, das suntuosas praças, do asilo de mendicidade, do cinema, do vestuário, também era a cidade do Instituto Pasteur. É sobre a fundação desse Instituto na capital paraense, em 1917, que tratarei no próximo tópico.

3) “A casa da saúde, o templo da vida”

Um problema comum naquela época era o dos cães que andavam soltos pelas ruas e praças de Belém. Uma publicação do *Diario de Noticias* (7 abr. 1902: 2), dizia que “matilhas de cães vadios” vagueavam pelas ruas da capital paraense, “pondo em risco as pernas dos transeuntes”. Exemplo disso ocorreu dois dias antes, quando “á tarde passava pelo largo do quartel⁷ um pobre homem, que de um momento a outro viu-se cercado por uma quantidade de cães que pareciam querer devoral-o”.

Esses cães eram considerados “vadios” por não estarem servindo ao trabalho, e por serem “perigosos” para a sociedade, já que eram os habituais portadores da hidrofobia, também conhecida como raiva canina. No *Diario de Noticias*, o colunista Archote (19 abr. 1892: 2) relatava que às 11 horas da manhã do dia anterior no largo da Pólvora⁸, quando ia se aproximando do “hotel *Avenida da Liberdade*”, um cão “hydrophobo” avançou para o seu lado, e se ele não fosse “bom de pernas”, estaria a reclamar os bons ofícios do “immortal Pasteur”. Archote finalizava seu relato pedindo que a Intendência mandasse preparar “bolas de strichynina para os cães hydrophobos”.

⁷ Atual Praça da Bandeira (CRUZ, 1970: 115).

⁸ Atual Praça da República (CRUZ, 1970: 115).

O tempo de manifestação da hidrofobia era variável. A maioria dos estudiosos dessa doença concordava que “ela era causada por um veneno (ou ‘vírus’) transmitido pela saliva do animal agressor, mas eles tinham que admitir que esse suposto vírus escapava à detecção e que seu trabalho letal se mantinha invisível e intangível por um longo intervalo”, variando “de uma espécie para outra e de indivíduo para indivíduo”. Nos cães, a média provavelmente correspondia a um mês. Nos seres humanos, costumava “ser de um ou dois meses”, mas, havia casos em que chegava “a atingir um ano ou mais”. Esse aspecto da doença “despertava um profundo temor em qualquer vítima da mordida de um animal, pois ela nunca tinha certeza se a doença ainda viria a se manifestar” (GEISON, 2002: 209).

O pavor pela hidrofobia estava especialmente relacionado aos sintomas e ao desfecho da raiva. Segundo Geison (2002: 210), “o vírus da raiva desloca-se com lentidão, mas com segurança, do local do ferimento infeccionado para os órgãos do sistema nervoso central”. Os sintomas iniciais mais comuns são “a dor no local da ferida infectada e a intensa dor de cabeça”. À medida que a doença avança, “é comum surgirem dificuldades respiratórias, dor aguda no estômago ou no peito e uma extrema hipersensibilidade aos estímulos visuais (sobretudo a objetos brilhantes ou cintilantes)”. Uma das características mais comuns da moléstia é a “aversão pronunciada aos líquidos, que a vítima costuma rejeitar, mesmo estando desesperadamente sedenta”. Daí um dos nomes da doença, hidrofobia, que significa medo da água, “embora o medo não seja da água em si, mas da dor, dos engasgos, da náusea e das convulsões induzidas pela tentativa de engolir o líquido reluzente”.

Conforme Geison (2002: 210), “quando o vírus chega ao cérebro, os efeitos costumam ser tais que levam suas vítimas a se portarem, elas mesmas, como animais ‘enlouquecidos’”. Nesse estágio, a maioria dos doentes sofre de “extrema hiperatividade, convulsões, agitação, alucinações, salivação excessiva e escarros”, sendo que “alguns chegam a ganir como cães desesperados e a tentar morder qualquer um que esteja por perto”. Nos “períodos de calma que separam esses episódios de comportamento bizarro”, as “pobres vítimas amiúde exibem uma lucidez quase sobrenatural, um sentimento intensificado de afeição pelos parentes e outras pessoas e uma consciência singularmente humana de sua morte iminente”.

Uma vez manifestos os sintomas, o desfecho da hidrofobia é fatal. Segundo Geison (2002: 210-211), “o único traço misericordioso da raiva é que sua evolução clínica é bastante rápida – o estupor e o coma finais costumam ocorrer poucos dias depois do surgimento dos sintomas. A causa imediata da morte costuma ser a parada cardíaca ou respiratória”. Até o

advento dos respiradores mecânicos, “tudo o que se podia fazer pelos pacientes hidrófobos era dar-lhes o máximo conforto possível, em geral colocando-os em um aposento escuro e reduzindo os demais estímulos externos”.

Em 1885, o cientista francês Louis Pasteur desenvolveu a vacina para combater a hidrofobia, o que, juntamente com “sua descoberta de uma vacina contra o carbúnculo”, foi o suficiente para lhe trazer imensa fama, transformando-o em uma “lenda viva internacional”, antes mesmo de sua morte em 1895, aos 72 anos de idade. Um dos acontecimentos “mais gloriosos de seus últimos dez anos de vida” foi a inauguração formal do Instituto Pasteur, em Paris, em 14 de novembro de 1888. A descoberta da vacina anti-rábica “desencadeara uma torrente de doativos internacionais destinados a fundar um centro para o tratamento da doença”, resultando na verba de “cerca de 2,6 milhões de franco”, o que “tornara possível construir, equipar e dotar modestamente o novo instituto” (GEISON, 2002: 299-301).

Nesse contexto, fundaram-se as primeiras instituições anti-rábicas do Brasil. Segundo Teixeira (1995: 23), “em homenagem ao descobridor desta profilaxia”, elas “também vieram a se chamar Institutos Pasteur”, não tendo “nenhuma ligação institucional com o Instituto Pasteur de Paris, nem com suas filiais que se espalharam por diversas partes do globo terrestre”. Além disso, “com exceção do Instituto Pasteur de São Paulo, os outros institutos anti-rábicos não passariam de meros reprodutores da técnica de fabrico e aplicação da vacina anti-rábica, não chegando a elaborar pesquisas científicas no campo da medicina”.

Em 25 de fevereiro de 1888, “antes mesmo da fundação do Instituto parisiense”, foi inaugurado o Instituto Pasteur do Rio de Janeiro. Em 31 de janeiro de 1899, fundou-se a instituição anti-rábica de Pernambuco. Em 1903, “pela iniciativa de um grupo de médicos paulistas voltados para a medicina laboratorial”, inaugurou-se o Instituto de São Paulo. Em 1908, “a Liga Mineira Contra a Tuberculose criaria um Instituto Pasteur na cidade de Juiz de Fora”. Em 1910, foi “a vez da cidade de Porto Alegre fundar um Instituto Pasteur” (TEIXEIRA, 1995: 24-29).

Paralelamente a essas fundações, o grupo médico paraense vinha se fortalecendo. Em 8 de novembro de 1897, “surgiu entre a classe médica e farmacêutica a ideia da fundação de uma associação com a denominação de ‘Sociedade Medico-Pharmaceutica do Pará’, cujo fim era tratar dos interesses científicos e sociais dos associados”. O governador José Paes de Carvalho foi “um dos maiores idealizadores e patrocinadores dessa nova associação científica”. Atitude compreensível, tendo em vista que ele se formou “em medicina pela

Universidade de Coimbra e prestou serviços nas mais importantes instituições de saúde da época, como a Santa Casa de Misericórdia do Pará e o hospital da Beneficente Portuguesa”. A Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará foi oficialmente instalada no “primeiro dia de fevereiro, no salão de honra do edifício de repartição sanitária do Estado”. A associação era composta por médicos de diferentes “gerações” e “matizes intelectuais”, sendo que a “nova geração”, formada em faculdades nacionais e estrangeiras, representava a renovação dos estudos “a partir da teoria microbiana de Pasteur” (RODRIGUES, 2008: 106-108).

Em 1903, os médicos paraenses se dividiam em uma nova corporação. Segundo Rodrigues (2008: 114-115), “a tensão entre um grupo de médicos e o governo do Estado, acusado de querer controlar a corporação”, ocasionou a cisão entre os médicos e a fundação de uma nova associação, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, na qual “faziam parte muitos médicos que antes caminhavam lado a lado de Paes de Carvalho e sua Sociedade Medico-Pharmaceutica”.

Somente na década de 1910, os médicos paraenses finalmente se organizaram em uma corporação coesa. Conforme Rodrigues (2008: 125-126), “a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará foi onde os médicos associados buscaram resolver suas divergências internas e experimentar as primeiras tentativas de autodisciplina”. Essa Sociedade foi instalada em 15 de agosto de 1914.

Novos hábitos e valores contribuíram para essa coesão. Para a “identidade de grupo em construção, cabia à sua ciência o papel supremo na direção moral social daquela época”. Além disso, “um discurso assentado em um expresse nacionalismo”, envolvendo “a pretensa defesa das ‘populações tropicais’, as críticas aos usos de trajes e outros produtos pensados a partir de um ideal europeu de sociedade”, ganhou “força no interior da confraria médica paraense, tornando-se parte de um processo gradual de mudança de mentalidade que ocorria pelo país afora” (RODRIGUES, 2008: 129).

Atendendo a esses anseios sociais e nacionalistas, em 28 de abril de 1917, a *Folha do Norte* (28 abr. 1917: 1) anunciava a fundação do Instituto Pasteur no Estado do Pará, considerado um “gesto altamente humanitário e patriótico do governo do sr. dr. Lauro Sodré”. O Instituto seria criado no prazo de dois meses, e instalado, provavelmente, “no edifício onde funcionou o extinto Conservatorio Carlos Gomes, por ser o que mais se apropria para aquelle fim”. Não seria “anexo ao Laboratorio do Estado, para evitar naturaes infecções que

de sua organização poderiam resultar, pois um estabelecimento da natureza do que vai ser fundado, além de exigir local isolado, deve ser mantido em rigorosa asepsia”.

A *Folha do Norte* (28 abr. 1917: 1) dizia que o “mal-rabico” deveria ser tratado no Pará “tal como se procede nos centros mais adiantados”. Para tanto, o doente receberia a primeira “innoculação da vaccina-fixo, cuja technica é sobejamente conhecida, seguindo-se-lhe outras até perfazer o numero de quinze, que é o bastante para immunizar o atacado contra as consequencias terríveis que o mal poderia ocasionar”. O tratamento era “absolutamente” inócuo, “atingindo apenas e directamente os centros nervosos do enfermo, que poderá, sem reacções dolorosas, continuar a exercitar a sua actividade diaria”.

O referido jornal concluía que o Instituto Pasteur do Pará tratava-se de uma providência “de grande alcance para o bem estar da collectividade”, embora difficil de ser implementada naquele momento. A obra seria “simples em sua applicação, grandemente meritoria, entretanto, para um governo que se vota com abnegado interesse às cousas da administração” (FOLHA do Norte, 28 abr. 1917: 1). A *Folha do Norte* elogiava o governo porque ela combatia a política de Antonio Lemos, defendendo “o Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho” (PARÁ. Biblioteca Pública, 1985: 154). A fundação do Instituto seria também uma forma de canalizar o apoio popular para Lauro Sodré, o governador do Pará naquela época.

Pela notícia do *Estado do Pará* (10 jul. 1917: 1), ficamos sabendo que o Instituto Pasteur de Pernambuco era o local para onde eram encaminhados os atacados pela hidrofobia no Pará. Segundo esse jornal, naquela época, existiam “cerca de 70 pessoas idas do Pará afim de submeter-se a tratamento”, sendo que “a maioria desses doentes” aguardava “apenas o tratamento completo”, que era “feito com 16 injeções, para poder regressar a Belém”. Os autores da revista *Pará-Médico*⁹ de agosto de 1917 ressaltavam, entretanto, que a distância entre Belém e Recife, “para os que daqui embarcavam, tornava, por vezes, inutil o sacrificio da viagem” (ABEN-ATHAR *et. al.*, 1917: 215).

Por conta dessa dependência do Instituto Pasteur de Pernambuco, os casos de mortes por hidrofobia se registravam principalmente entre os mais pobres. No *Estado do Pará* (13

⁹ Segundo Rodrigues, a revista “Pará-Médico” foi lançada pela Sociedade Médico-Pharmaceutica, versando principalmente “sobre a área da higiene pública e de doenças que mais preocupavam o governo naquele momento, como febre amarela e impaludismo”. Em abril de 1902, a revista saiu de circulação, retornando em maio de 1915, quando a Sociedade Médico-Cirúrgica “lançou o primeiro número de sua revista, com um título homônimo ao do órgão de divulgação da extinta Sociedade Médico-Pharmaceutica, apresentado ao público quinze anos atrás – ‘Pará-Médico’” (RODRIGUES, 2008: 108-133).

jul.1917: 1), o médico Castro Valente dizia que os “benefícios inestimáveis” que o Instituto Pasteur iria proporcionar seriam “incalculáveis e preciosíssimos em vista da imensa e horrível disseminação, na cidade, de cães raivosos, e pelo numero accrescido por que se ha manifestado o mal rabico em todas as classes sociaes, principalmente a menos favorecida de fortuna”, para a qual a viagem para Pernambuco tornava-se “impossivel, muita vez, de realizar-se”, a não ser quando o governo do Estado mandava “fornecer passagens a Pernambuco, aos pobres e desfavorecidos”, que o procuravam “para este mistér”.

A *Folha do Norte* (10 jul. 1917: 1) informava que se achavam “adeantadíssimas, aliás em vias de conclusão, as obras de adaptação por que vem passando o edifício em que funcionou o extinto conservatorio Carlos Gomes para nelle funcionar o Instituto Pasteur”. Além disso, “o sr. Manoel Affonso Machado, que até alli fora commissionedo pelo sr. dr. governador do Estado a fim de conseguir virus fixo”, acabava de chegar à capital paraense.

Segundo o *Estado do Pará* (10 jul. 1917: 1), “sendo difficil ao sr. Machado conseguir por compra o serum contra o mal rabico”, o dr. Octavio de Freitas, diretor do Instituto Pasteur de Pernambuco, “cedeu gentilmente dois coelhos innoculados do vírus, que foram trazidos para Belém”. Esses coelhos seriam “autopsiados pelo dr. Jayme Aben-Athar”, o qual extrair-lhes-ia a medula, “após o que inoculará mais dez para o preparo do soro anti-rabico” (FOLHA do Norte, 10 jul. 1917: 1).

Dos relatos das duas últimas fontes, cabem alguns esclarecimentos. O vírus fixo era a “denominação dada ao microorganismo modificado pelas sucessivas passagens (inoculações) em cérebros de coelho”, que era o animal experimental preferido dos estudiosos da hidrofobia (TEIXEIRA, 1995: 19). Segundo Geison (2002: 215), “em 1879, Galtier relatou que a raiva podia ser experimentalmente transmitida de cães para coelhos, com uma redução acentuada do período de incubação da doença – de uma média de talvez um mês, em cães, para uma média de 18 dias em seus coelhos”, o que “havia quase duplicado o número de experimentos passíveis de ser conduzidos em um dado período de tempo”. Além disso, “eles eram relativamente baratos, seguros de manipular e fáceis de manter”.

Outro esclarecimento é sobre Jayme Aben-Athar, integrante da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Ele nasceu na cidade de Gurupá, no Estado do Pará, em 1883. “Ainda criança veio para Belém. Completando os estudos das primeiras letras matriculou-se no Lyceu Paraense, hoje Colégio Paes de Carvalho”, onde fez os preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1902. Ainda acadêmico, entrou no Instituto

Manguinhos, “então dirigido por Oswaldo Cruz, e, na qualidade de auxiliar-acadêmico, participou ativamente da campanha contra a Febre Amarela”. Formou-se em 1907, retornando a Belém no mesmo ano, onde iniciou “suas atividades clínicas e de pesquisa em seu laboratório particular” (MEIRA, 1986: 151).

O médico Castro Valente (13 jul. 1917: 1) anunciava a fundação do Instituto Pasteur no Pará ainda no referido mês, como instrumento de “serum-therapia” para combater a raiva canina. Esse Instituto seria “a casa da saúde, o templo da vida para aqueles que, atingidos surrateiramente por cães contaminados pela raiva seriam acudidos de prompto, antes de aparecerem seus malefícios efeitos”.

Segundo o referido médico, com o Instituto Pasteur, os paraenses estariam “aparelhados para todo o sempre a dar combate ao inimigo traiçoeiro com armas eficazes e certeiras”. Para tanto, o médico fazia um apelo à família paraense para que “atingida em um dos seus membros queridos pelo cão raivoso, não vacillar em procurar à fonte bemdita, que se contem no soro miraculoso de Pasteur!” (VALENTE, 13 jul. 1917: 1).

Para o médico Castro Valente (13 jul. 1917: 1), havia outra garantia para a credibilidade do Instituto Pasteur do Pará: “o medico, não será demais dizel-o, a quem foi confiada a direcção, o dr. Jayme Aben-Athar, é um dos mais competentes na matéria, por isso mesmo que será uma garantia para os creditos do Estabelecimento prestes a ser fundado”.

Segundo esse médico, o Pará estaria “assim ao lado dos outros Estados da Federação, como Pernambuco, Bahia, Rio e São Paulo”, com o seu Instituto Pasteur, “offerecendo a seus filhos o remedio seguro e de prompto áquelles que, victimas da sorte, forem inoculados pelo terrivel ‘virus’ da raiva” (VALENTE, 13 jul. 1917: 1).

Em 21 de julho de 1917, o governador Lauro Sodré assinava o decreto que permitia a criação do Instituto Pasteur do Pará. O governador do Estado fazia isso “no intuito de dar combate ao mal rabico que de maneira assustadora” vinha se desenvolvendo em Belém, “dotando o Estado de um estabelecimento apto áquelle fim”. O Instituto reger-se-ia “por um regulamento especial, ficando dependente da directoria do Serviço Sanitario”, e teria “pessoal e vencimentos constantes da tabella que com este baixa, correndo a respectiva despesa pela verba ‘Socorros Publicos’”, do orçamento vigente naquele ano (FOLHA do Norte, 24 jul. 1917: 1). A fundação desse instituto contava com o auxílio do “capitalista sr. coronel Emilio Martins”, oferecendo “a avultada quantia de dez contos de réis”(ABEN-ATHAR *et al.*, 1917: 215).

A *Folha do Norte* (24 jul. 1917: 1) também informava quem dirigiria o Instituto. Conforme esse jornal, foram nomeados, na mesma data do decreto referido acima, “o dr. Jayme Jacyntho Aben-Athar para exercer o cargo de director, e Manoel Affonso Machado para o de auxiliar, com as funções de escripturario e porteiro, percebendo, annualmente, o primeiro, 6:000,000 e o segundo, 2:400,000”.

4) Considerações finais

O Instituto Pasteur do Pará representava a forma mais efetiva de combate à hidrofobia no Pará, já que os doentes não precisariam mais se deslocar para Pernambuco, uma vez que a distância entre os dois estados tornava muitas vezes inútil o sacrifício da viagem. Além disso, os mais pobres nem sequer tinham recursos financeiros para tentar o tratamento nesse outro Estado, exceto quando o governo do Pará emitia passagens para os mais necessitados, mas isso não ocorria sempre.

A inauguração e o funcionamento do Instituto Pasteur do Pará também era uma forma de canalizar votos para o governo de Lauro Sodré, em detrimento de seus opositores, como os lemistas, os seguidores de Antonio Lemos. Para tanto, o governador contou com os estudos dos médicos paraenses acerca da teoria microbiana de Pasteur, destacando-se nesse sentido Jayme Aben-Athar, por sua participação na campanha contra a Febre Amarela ao lado de Oswaldo Cruz. A ele coube o cargo de diretor do Instituto.

Os paraenses, pelo menos em relação à hidrofobia, finalmente estariam “apparelhados para todo o sempre”.

Referências:

1) Fontes:

1.1) Documentos do governo municipal:

BELÉM. Intendencia Municipal. **Actos e decisões do Executivo Municipal (1897-1901)**. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1902.

BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902**. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. v. 1.

1.2) Jornais:

ARCHOTE. De muletas – E’ comigo mesmo. **DIARIO de Noticias**, 19 abr.1892. p. 2.

DIARIO de Noticias, 1892.

ESTADO do Pará, 10 1917.

FOLHA do Norte, 1917.

1.3) Livro de memorialista:

RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de outrora...** Belém: SECULT, 2005.

1.4) Revista:

ABEN-ATHAR, Jayme; et al. **Pará-Medico**: arquivos da Sociedade Medico-Cirurgia do Pará. Belém, v. 1, ano 3, n. 5, p. 215, ago. 1917.

2) Bibliografia:

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Belém entre filmes e fitas**: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1999.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. **“Matutos” ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GEISON, Gerald L. **A ciência particular de Louis Pasteur**. Rio de Janeiro: Fiocruz: Contraponto, 2002.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açaí, 2010.

MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. **Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MEIRA, Clóvis. **Médicos de Outrora no Pará: biografias**. Belém: Grafisa, 1986.

PARÁ. Biblioteca Pública. **Jornais Paraoaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Ciência e saúde na Terra dos Bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupí**. Belém: SECULT, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.